

POLÍTICAS REDISTRIBUTIVAS E EMPODERAMENTO DE MULHERES POBRES: UMA REVISÃO DE LITERATURA

JAÍNE MOTTA SANTANA ABRAHAN¹; **MARCIO BARCELOS²**

¹*Universidade Federal de Pelotas 1 – jainemottasantana@gmail.com* 1

²*Universidade Federal de Pelotas – barcelosmarcio@gmail.com* 2

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho possui como tema central a análise de programas de transferências de renda, e suas relações com o empoderamento de mulheres pobres. O questionamento específico diz respeito a se mulheres que são beneficiárias do Programa Bolsa Família se sentem mais autônomas e capazes de enfrentar as dificuldades da vida cotidiana a partir da ideia de empoderamento. Adota-se a definição de Friedmann (1996), segundo a qual empoderamento é todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania.

Para isso se utilizará de abordagens reconhecidas na área das políticas de transferência de renda, como Bichir (2013) e Mariano (2009) que conceituam como se dá a organização do Programa Bolsa Família, articulando essas abordagens com perspectivas analíticas voltadas às questões de gênero, com autores como Novellino (2004) e Scott (2002).

Ressalta-se que nesse momento será apresentada uma revisão de literatura, uma vez que este paper faz parte de um Trabalho de Conclusão de Curso que se encontra em fase de construção. Trata-se, portanto de uma primeira aproximação em relação a temática a ser investigada no TCC, onde se pretende abordar a temática de políticas redistributivas referindo-se em especial aos programas de transferência de renda, tendo como foco de análise o Programa Bolsa Família, e suas relações com o empoderamento feminino. Principalmente o empoderamento de mulheres pobres, vista a caracterização de atendimento do programa, que conforme análise de Mariano e Carloto (2009) cruza as demandas por cidadania com a problemática da pobreza e, de modo mais amplo, com a persistente situação de desigualdade brasileira, onde se deve tomar sexo e gênero, assim como cor e raça, como dimensões indispensáveis de análise acerca das políticas sociais.

Assim, se tem como propósito identificar a relação das políticas de redistribuição de renda, em especial o Programa Bolsa Família e o empoderamento de mulheres pobres.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho possui uma abordagem qualitativa, utilizando-se de uma revisão bibliográfica para maior aprofundamento do tema. Para esta fase de elaboração foi realizado um levantamento de fontes bibliográficas em plataformas

de pesquisas, tais como, Scientific Electronic Library Online, Portal Periodicos CAPES, e Web of Science onde foi possível coletar um apanhado de materiais que trazem as temáticas de políticas públicas e suas subdivisões, assim como, as temáticas de empoderamento feminino.

A partir disso, foi elaborado um arcabouço com os temas e questões que vêm sendo discutidas em relação a programas de transferência de renda, em especial o Programa Bolsa Família e seu tocante ao empoderamento feminino.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

É no início dos anos 1990, de acordo com Burlandy et al. (2007), que uma profusão de experiências de implementação de programas de transferência condicionada de renda são dirigidos à população pobre. Entretanto, é somente com a criação do Programa Bolsa Família (PBF), em 2003, que este tipo de programa se espalha por todo o país, atingindo grau de cobertura significativo.

Conforme Kerstenetky (2009) na criação do programa se explicitou dois objetivos: reduzir a pobreza e interromper seu ciclo intergeracional. Enquanto o primeiro objetivo seria atendido pelas transferências, o segundo seria alcançado por meio das condicionalidades de educação e saúde: frequência regular das crianças à escola e participação em programas de orientação nutricional e de assistência preventiva à saúde, especialmente de crianças pequenas e mulheres grávidas.

O Programa Bolsa Família (PBF) agrupa três eixos principais, sendo eles: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. Possui como critério de elegibilidade a insuficiência de renda e não a inserção no mundo do trabalho, diferenciando-se de outros programas de transferência de renda, já que também direciona benefícios para indivíduos inseridos no mercado de trabalho sob uma perspectiva de complementação de renda, e não de substituição. Fato este que quebra a visão de que muitos beneficiários poderiam se utilizar deste benefício para deixar de exercer uma função remunerada.

A partir dessa análise, segundo Mariano e Carloto (2009) quando se cruza as demandas por cidadania com a problemática da pobreza e, de modo mais amplo, com a persistente situação de desigualdade brasileira, pode-se considerar sexo e gênero, assim como cor e raça, como dimensões indispensáveis de análise acerca das políticas sociais. Gênero e raça devem, portanto, ser mobilizados como categorias de análise. Nesse sentido, o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça de (PINHEIRO, 2008) traz relevante contribuição ao apresentar dados macrossociais desagregados por sexo e cor e raça que nos permitem captar as interconexões desses dois marcadores sociais na (re)produção das desigualdades. Os dados sobre renda explicitam, de modo mais cabal, o quadro de discriminação contra mulheres e negros e, ainda, a dupla discriminação sofrida pelas mulheres negras.

Portanto, as reivindicações pela incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas partem da compreensão de que homens e mulheres ocupam papéis distintos e hierarquizados na sociedade, os quais fundamentam relações desiguais entre os sexos, que são construídas social e historicamente. Dessa

forma, incorporar a perspectiva de gênero não se trata apenas de fazer elogio às diferenças nas relações sociais entre os gêneros, mas, sobretudo, de objetivar ações que coíbam a desigualdade. Para tanto, porta um conteúdo crítico e emancipatório no que diz respeito às relações sociais desiguais entre homens e mulheres, como destaca MARIANO (2001).

Conforme Gomes (2011) é importante ter em mente o público atingido de forma mais direta por programas de transferência de renda: as mulheres, mães de família. A partir disso, questiona-se ao tratar de políticas de combate à pobreza, como por exemplo, o caso do Programa Bolsa Família, como se dá a questão de associá-lo a objetivos de conquista de cidadania, com rebatimentos inescapáveis também para os objetivos de empoderamento, visto o caráter de responsabilidade do recebimento do benefício ser majoritariamente feito pelo público feminino.

4. CONCLUSÕES

A revisão de literatura realizada neste trabalho, como uma aproximação à temática das políticas redistributivas e seus efeitos sobre o empoderamento de mulheres pobres, aponta para o fato de que ao ser incluída no PBF, a mulher é tomada como representante do grupo familiar, vale dizer, o grupo familiar é materializado simbolicamente pela presença da mulher. Esta, por sua vez, é percebida tão somente por meio de seus ‘papéis femininos’, que vinculam, sobretudo, o ser mulher ao ser mãe, com uma identidade centrada na figura de cuidadora, especialmente das crianças e dos adolescentes, dadas as preocupações do PBF com esses grupos de idade. Logo, o cuidado preservaria, no âmbito do PBF, seu caráter vinculado aos papéis de gênero. Assim, tanto a maternidade quanto a maternagem são funções que seriam focalizadas pelo PBF.

Por outro lado também se constatou que é de extrema importância a implementação de políticas públicas para mulheres chefes de domicílio ou de família, pois, chefia feminina e pobreza estão fortemente correlacionadas em países em desenvolvimento, e tomar como alvo chefia feminina pode reduzir a pobreza das mulheres com grande benefício para seus filhos, mais do que se poderia obter se se tomasse como alvo as famílias chefiadas por homem com a mesma quantidade de recursos.

Desse modo, num momento introdutório de análise percebeu-se a grande variedade de publicações sobre a temática, o que é de grande relevância para aprofundamento do tema, ressaltando-se novamente que este trabalho encontra-se em fase introdutória tendo em vista que ele se incorporará durante a construção do Trabalho de Conclusão de Curso onde serão aplicadas entrevistas com beneficiárias do Programa no município de Pelotas no decorrer do segundo semestre de 2017 para que assim se tenha maior amplitude de informações e ideias sobre a temática.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BICHIR, Renata. **Novas agendas, novos desafios: reflexões sobre as relações entre transferência de renda e assistência social no Brasil.** EACH/USP e Centro de Estudos da Metrópole (CEM). 2013.

BURLANDY, Luciene et al. **Do Direito Incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família.** Ciência e Saúde Coletiva. Dezembro de 2007.

BUVINIC, Mayra; Gupta, Geeta Rao (1994). **Targeting poor woman-headed households and woman- maintained families in developing countries:views on a policy dilemma.** Washington, DC:ICRW.

FRIEDMANN, J. 1996. P. 8 **Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo.** Celta: Oeiras.

GOMES, R. S. Simone. **Notas Preliminares de uma crítica feminista aos programas de transferência direta de renda – o caso do Bolsa Família no Brasil.** Textos e Contextos, v. 10 n.1, p. 69-81. Porto Alegre. Mar. 2011.

KERSTENETZKY, L. Celia. **Redistribuição e Desenvolvimento? A economia política do Programa Bolsa Família.** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 1, 2009, pp. 53 a 83.

MARIANO, A. Silvana, CARLOTO, M. Cássia. **Gênero e Combate à Pobreza: Programa Bolsa Família.** Estudos Feministas. Florianópolis, vol 17 n. 3. Set. 2009.

MARIANO, A. Silvana. **Movimento de Mulheres e Estado: ambigüidades da incorporação de gênero nas políticas públicas em Londrina.** 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

MENICUCCI, T. M. G. Implementação da Reforma Sanitária: a formação de uma política. Saúde e Sociedade v.15, n.2, p.72-87, maio-ago 2006.

NOVELLINO, F. S. Maria. **Chefia Feminina de domicílio como indicador de feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres pobres.** In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. São Paulo, UNICAMP, 2004.

PINHEIRO, Luana et al. **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** 3 ed. Brasília. Ipea; SPM: UNIFEM, 2008. 36 p.

SCOTT, Joan W. **A cidadã paradoxal:** as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres, 2002.